POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O PORTUGUÊS: UMA INVESTIGAÇÃO
ACERCA DA GUINÉ-BISSAU

Miller António Nhaga da Silva¹

Kaline Araujo Mendes de Souza²

Redenção,
2018.

RESUMO

O tema das políticas linguísticas tem recebido destaque nas últimas décadas, especialmente em cenários nos quais se evidencia a situação do multilinguismo. Este artigo objetiva discutir acerca das políticas linguísticas para a língua portuguesa na Guiné-Bissau, nação reconhecidamente multilíngue. Para tanto, descreve-se a situação do idioma português nesse país, bem como seu cenário de ensino/aprendizagem, apresentando-se, também, as características da formação do professor de língua portuguesa naquele local. Metodologicamente, o estudo define-se como de caráter exploratório e bibliográfico, com abordagem qualitativa do problema. Os resultados apontam para a quase inexistência de políticas que considerem o complexo contexto guineense.

Palavras-chave: Português como língua adicional. Políticas linguísticas. Guiné-Bissau. Docente. Discente.

ABSTRACT

The theme of linguistic policies has received prominence in the last decades, especially in scenarios in which the situation of multilingualism is evident. This article aims to discuss the linguistic policies for the Portuguese language in Guiné-Bissau, an acknowledged multilingual nation. In order to do so, the situation of the Portuguese language in that country is described, as well as its teaching / learning scenario, and the characteristics of the Portuguese language teacher's training in that place are also presented. Methodologically, the study is defined as an exploratory and bibliographic character, with a qualitative approach to the problem. The results point to the almost nonexistence of policies that consider the complex Guinean context.

Keywords: Portuguese as an additional language. Language policies. Guinea Bissau. Teacher. Student.

¹Graduando do Curso de Letras/ Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

²Professora Adjunta do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, orientadora do trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	6
2.1. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	8
2.2. A FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LINGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	12
3. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	15
4. CONCLUSÃO	18
5. REFERÊNCIAS:	20

1. INTRODUÇÃO

Tem-se observado o crescimento do interesse pelas políticas linguísticas ao redor do mundo. Em alguma medida, isso pode estar relacionado com o reconhecimento de realidades linguísticas complexas existentes e com as novas configurações dos cenários em que se aprendem e se ensinam as mais diversas línguas. No sentido da língua portuguesa, é possível que esse reconhecimento não tenha tido força suficiente para fomentar políticas claras, capazes de intervir, de modo objetivo nos contextos em que esse idioma figura como oficial, por exemplo.

Assim, o presente estudo, pretendia, a princípio, dissertar sobre as políticas linguísticas existentes para a língua portuguesa na Guiné-Bissau, país identificado pelo multilinguismo, e cuja língua oficial é o português. Contudo, nas pesquisas e investigações realizadas, poucos estudos a respeito deste tema existem, dificultando, assim, um aprofundamento consistente que nos permita expandir no tema preliminarmente escolhido para essa discussão. Isto posto, trabalhar-se-á, neste trabalho, a partir de depoimentos colhidos daqueles que atuam como docentes e, particularmente, no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, pois somente desta forma a realidade nesse país se fará presente no que tange à linguagem. E, para a consecução do objetivo, então, traçado, determinaram-se os seguintes escopos: a) descrever a situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau e, de igual modo, seu cenário de ensino/aprendizagem; b) apresentar as características da formação de professores de língua portuguesa naquele país.

Evidenciamos que essa escolha de tema se deu pelo fato de ainda haver poucos estudos sobre a questão da língua portuguesa na Guiné-Bissau, especialmente acerca das políticas linguísticas específicas para esse idioma; em geral, quando se pretende desenvolver um estudo nessa perspectiva, encontram-se poucas referências. Por isso, reforçamos, a escolha do tema é oportuna, uma vez que, por meio da pesquisa realizada, foi possível organizar informações e construir conhecimento sobre o tema investigado, o que, inegavelmente, favorecerá novos empreendimentos investigativos a respeito de semelhante questão.

2. A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Segundo Couto e Embalo (2010), a Guiné-Bissau é uma pequena nação de, apenas, 36.125km², com cerca de um milhão e quinhentos mil cidadãos. Ela fica localizada no noroeste da África, faz fronteira com Senegal ao norte, com a República da Guiné, vulgarmente nomeada de Guiné Conacri, ao leste e ao sul, e é banhada pelo Oceano Atlântico a oeste; e, ainda de acordo com os mencionados autores:

No pequeno território da atual Guiné-Bissau, são faladas cerca de 20 línguas, muitas delas pertencentes a famílias diferentes, outras tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma mesma língua, como veremos logo abaixo. Estas línguas coabitam com o crioulo, língua veicular e de unidade nacional, e com o português, língua oficial, ambas resultantes da colonização portuguesa. As principais línguas étnicas são as seguintes, com porcentagem aproximada do número de falantes:

- fula 20,4% (245 130 falantes)
- balanta 30,5% (367 000 falantes)
- mandinga 12,9% (154 200 falantes)
- manjaco 14,1% (170 230 falantes)
- papel 10,4% (125 550 falantes)
- felupe 1,8% (22 000 falantes)
- beafada 3,4% (41 420 falantes)
- bijagó 2,3% (27 575 falantes)
- mancanha 3,4% (40855 falantes)
- nalu 0,6% (8 50 falantes)

(Couto e Embalo, 2010, p. 29).

Esses dados são de 2002, apurados pelos autores acima, os quais extraíram somente 10 das 20 línguas com maior percentual de falantes. Vale sublinhar que, apesar da existência de todas essas línguas étnicas, tem-se o crioulo como língua nacional, o qual serve de elo entre povos guineenses, uma vez que nem todos os membros das variadas etnias possuem conhecimentos acerca da (s) língua (s) utilizada (s) por etnias alheias. Ainda convém ressaltar que, embora existam todas essas línguas étnicas e o crioulo, é a língua portuguesa que figura como língua oficial no país, e de comunicação internacional.

Para Couto e Embalo (2010), a língua portuguesa, atualmente, não é usada, na realidade, como língua nacional na Guiné-Bissau. Ela só é adquirida como língua primeira, materna, por uma parcela reduzida de nativos guineenses, os quais, tendo-

se formado em Portugal ou no Brasil, aprenderam-na como língua de interação familiar. Também há o caso de filhos de casais compostos por um guineense e um falante nativo da língua portuguesa, este último oriundo de um dos países de língua oficial portuguesa.

Estudo feito por Intumbo (2007) aponta que:

O crioulo guineense é uma língua afro-romance de base lexical portuguesa falada por cerca de 40% da população na Guiné-Bissau e na região de Casamance, sul da República do Senegal. É compreendido e usado no dia-a-dia por mais de metade da população do país e é reconhecido oficialmente como língua nacional e língua de unidade nacional. (INTUMBO, 2007, p.01).

Diante do exposto até aqui, é possível perceber que o crioulo e as línguas étnicas são as mais usadas pela população guineense e pelos estrangeiros que residem no país. Poucas são as pessoas, em todo o território nacional, que usam o português como língua para se comunicarem no cotidiano.

A esse respeito, Baldé (2013, p.26) diz que “[...] o português é a língua de ensino, é na escola que todas as crianças a contatam, ainda que o crioulo e as outras línguas sejam constantemente utilizados na sala de aula, conforme a necessidade ou contexto sociocultural”. Para Mello (2007, p. 49), “[...] além de ser a língua do dominador e uma língua menor entre os guineenses, especialmente fora das cidades e das praças, é a língua oficial e de prestígio”.

Guiné-Bissau tem como língua oficial o português, que também é a língua de ensino, de cultura e de comunicação internacional, mas não é a língua nacional. A língua nacional é o CG, falado também na região sul do Senegal, a Casamansa. É por meio dele que os diversos grupos étnicos se comunicam. (CASTRO, 2013, p.24).

Entende-se que a língua portuguesa é mais usada nas situações formais e internacionais. Ela não é a língua do dia-a-dia dos guineenses, mas é a língua do ensino e da comunicação com a comunidade estrangeira ou a dos países que a falam.

[...]os documentos oficiais são publicados sempre em Português e os Jornais são escritos em Português exceto nalguns casos onde são apresentados quadrinhos, bandas desenhadas ou poesias. Mas o

Crioulo Guineense é a língua nacional que domina a comunicação entre os Guineenses, é a língua que se ouve nas ruas das cidades e até nas reuniões do Governo e da Assembleia Nacional Popular e, felizmente, as duas línguas não vivem uma situação antagónica. (SCANTAMBURLO, 2013, p. 117)

2.1. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Segundo Baldé (2013), o ensino de língua portuguesa constituiu um eixo de inquietação por parte das autoridades pedagógicas guineenses no sentido de reforçar a sua peculiaridade. A questão essencial dessa inquietação centra-se, sobretudo, no baixo domínio das capacidades oral (escutar/articular) e escrita (ler/escrever) pelos discentes, apontado tal fato como fator responsável pelo fracasso escolar.

[...] o ensino do Português na Guiné Bissau não privilegia o desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, tanto oral, assim como a escrita, confirmando assim, a prática do ensino da LP através do método da gramática tradicional, sabendo que as competências de leitura e escrita permitem ao aluno ganhar uma nova consciência do mundo que o rodeia, facilitando acesso aos mais variados tipos de informação. (BALDÉ, 2013, p.89).

Sabe-se que o ensino da gramática tradicional, apenas, é um tipo de ensino que não permite aos alunos ampliar as competências necessárias para a comunicação real. O ensino da gramática, nos moldes tradicionais, ensina os alunos a reproduzirem e não a produzirem, uma vez que eles vão somente repetir aquilo que aprenderam com a gramática. O trabalho nas instituições de ensino/aprendizagem da Guiné-Bissau, precisariam ser mais relevantes e com resultados mais produtivos do ponto de vista social, principalmente.

De acordo com Candé (2008, p.):

O ensino da LP na Guiné-Bissau praticamente não beneficia de uma didática de LNM, sendo geralmente realizado no quadro da LM em que os alunos aprendem a gramática e a escrita, de forma automática. Mas quando beneficia de uma didática de LNM, o ensino-aprendizagem desta língua é realizada com características de uma LE em que existe apenas uma aprendizagem sem se chegar ao processo de apropriação e da sua adopção efetiva para exercer sobre ela o direito

de utilização de acordo com as suas necessidades comunicativas. (CANDÉ, 2008, p.22).

Em nossa análise, na Guiné-Bissau, não se ensina a língua portuguesa como língua materna, já que o contato que essas pessoas têm com o referido idioma se dá mormente na escola, e o que elas aprendem lá é puramente a gramática, parte sistêmica da língua. Percebe-se através pesquisas que, na nas escolas da Guiné-Bissau, se prevalece o foco do ensino na gramática da língua portuguesa, porém ela, gramática, não é a solução da comunicação ou de interação verbal, pois a língua não se constitui apenas de uma gramática; ela se constitui, também, de uma gramática, obviamente, e sabemos que não existe língua sem gramática; contudo, uma língua é constituída ainda de um acervo/repertório de palavras que, arranjadas, produzem sentido. Na Guiné-Bissau, a língua portuguesa não é um idioma com a qual as pessoas mantêm contato antes de chegar à escola e seu processo de aprendizagem se assemelha ao processo da língua estrangeira, todavia, também não é correto afirmar que ela seja estrangeira no contexto da Guiné-Bissau, uma vez que goza de *status* de língua oficial no referido país.

E, para dar ênfase ao parágrafo anterior, ensina-nos Irandé Antunes que: “[...] a língua é um sistema de sinais que funciona a partir da composição de uma gramática e de um léxico”. Então, porque privilegiarmos somente o estudo da gramática se o que se fala está ancorado também no léxico, nas palavras? É notório que, somente o estudo da gramática não acumula conhecimento sobre a complexidade da língua portuguesa. A língua, enquanto uso é complexa, mas as instituições de ensino não percebem isto.

E, para ampliarmos a discussão a respeito da realidade de ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, decidimos interrogar docentes guineenses deste idioma a fim de sabermos qual era o seu entendimento acerca da questão. Assim, lançamos as duas perguntas a seguir, que é parte de um questionário composto de três perguntas: (1) **Como você descreveria o cenário de ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau?** (2) **Quais são as dificuldades e/ou facilidades que você encontra para ensinar português na Guiné-Bissau?**

As respectivas respostas se apresentam no quadro abaixo.

Pergunta 1) Como você descreveria o cenário de ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau?	
Docente 1:	O cenário do ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau é algo muito lamentável, porquanto se baseia no ensino das nomenclaturas dos elementos gramaticais, frases soltas sem comprometimento com as outras, isto é, sem coerência, ensino de enorme lista das palavras para os alunos memorizarem, sem lembrar que a língua não se limita na gramática... Ainda gostaria de destacar a falta de formação dos professores de língua portuguesa nesse cenário de ensino de língua portuguesa, os professores não têm boa formação na área, algo que tem como reflexo no mau ensino de língua portuguesa.
Docente 2:	A Língua portuguesa, que antes da independência era ensinada como língua materna, continua até o presente momento ser ensinada como a L1, facto que não tem contribuído para a evolução da LP e, conseqüentemente, ter uma percentagem mínima dos falantes... Para além do crioulo derivado do português devido a colonização, também possui muitas línguas étnicas que, efetivamente era a língua materna de muitos guineenses; não obstante, hoje em dia, o crioulo é a língua materna de muitos guineenses, principalmente a camada juvenil... para inverter esse cenário deve-se elaborar no currículo para ensino da língua portuguesa, ou seja, para ensiná-la como a língua segunda.
Docente 3:	Um pouco retrógrado, sem meios científicos e pessoas capacitados na área.
Docente 4:	[...] o ensino da língua portuguesa, assim como todo o sistema educacional ainda sofre com imensos problemas devido à falta dos recursos financeiros e de uma boa preparação dos professores... o português é ensinado de uma forma não muito adequada, o que permite a sua dificuldade na hora do uso da fala... Os alunos são obrigados a seguir as regras de gramática cegamente, sem tomar em consideração a evolução da língua... o ensino de L.P na Guiné, dá mais vantagens para a escrita do que o uso da fala.
Docente 5:	[...] O português não é a língua materna dos guineenses e nem é a língua veicular, portanto, deve ser ensinado

	<p>nos moldes da didática do português como língua segunda. E, como se sabe, o método que se usa no ensino do PL2 é manifestamente diferente daquele usado na didática do PL1; em segundo lugar, prende-se com a reduzida capacidade didático-pedagógica dos professores da LP no país, sendo que, por mais incrível que pareça, muitos deles não têm domínio efetivo da língua que ensinam... ou seja, Português Língua não Materna e a concepção de material didático orientado para a especificidade do português em situação de contexto multilinguístico, como é o caso no país.</p>
<p>Pergunta 2) Quais são as dificuldades e/ou facilidades que você encontra para ensinar português na Guiné-Bissau?</p>	
<p>Docente 1:</p>	<p>[...] porque os materiais didáticos não são da realidade guineense, isto é, não contemplam o perfil do aluno guineense que não tem português como a sua língua materna, não obstante como a sua segunda ou terceira língua. Os materiais didáticos usados para ensino de língua portuguesa são de Portugal ou Brasil, este material não é adequado para a realidade guineense, porque Guiné é um país onde a maioria dos seus alunos têm línguas étnicas e nacional, crioulo como as suas línguas matérias.</p>
<p>Docente 2:</p>	<p>Na minha opinião há mais dificuldades que facilidades. A primeira dificuldade é que o português não é a língua materna da maioria dos guineenses, razão pela qual o seu ensino como L1 tem causado enormes dificuldades aos professores, que numa sala de aula possuem falantes com diversas línguas maternas.</p>
<p>Docente 3:</p>	<p>As dificuldades são de várias ordens, baixo nível dos alunos, falta de materiais didáticos, livros, dificuldades de pesquisas, as facilidades são quase inexistentes, só a força de vontade e espírito de ganhar e sempre ganhar.</p>
<p>Docente 4:</p>	<p>[...] eu acho que vem do próprio sistema de funcionamento da educação, pois, mesmo nos esforçando bastante tem outros professores que vão estragar tudo na frente... Não há nenhuma inspeção da parte do Ministério de Educação Nacional para regulamentação do ensino, não tem materiais didáticos para a unificação do ensino e nem o comprometimento dos próprios alunos ou encarregados de educação para com suas obrigações, que é de estudar para os alunos e de acompanhar o desempenho dos filhos por parte dos pais.</p>

Docente 5:

As dificuldades são imensas. O facto de vivermos uma realidade educativa mal planificada, desorganizada e, ainda por cima, ter que aturar horas a fio de trabalho, põe em xeque e com muita evidência, o meu desempenho... Aliás, não é só o meu, mas também de todos os docentes da LP. Há casos em que trabalhamos sem programas, sem apoio técnico e didático por parte da direção da escola e os alunos acabam por apresentarem níveis linguísticos muito baixos, consequências de má preparação dos alunos nos ensinamentos primários e básicos que são sustentáculos de toda uma carreira do aluno. Eles chegam ao ensino secundário sem, no entanto, desenvolverem as competências de leitura, oralidade e escrita.

Fica demonstrado nos depoimentos acima, de docentes da língua portuguesa na Guiné-Bissau, quão demasiadamente precário é o ensino da língua portuguesa nesse país, inexistindo o respaldo por parte do Ministério da Educação local, principal órgão regulador da matéria discutida; o material didático fornecido que, pelo que se denota, também nos depoimentos, não são satisfatórios, deixam muito a desejar, sem se falar aqui que, a língua portuguesa não é a comumente praticada pelos guineenses, seja na comunidade onde vivem, seja em seus lares e até mesmo na escola que frequentam, uma vez que a diversidade de 'dialetos' presentes ocupa lugar comum e com maior notoriedade aos estudantes

2.2. A FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LINGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Conforme Baldé (2008), o curso de formação de docentes de LP está estruturado em torno de determinados assuntos ou parâmetros, concernentes às necessidades dos recebedores para a sua área de ação "ensinar a língua portuguesa", tarefa árdua, quase heroica a guineenses que fomentam a educação e aprendizagem da língua portuguesa. Os fundamentais assuntos ou disciplinas que compõem o Currículo do curso de docentes de língua portuguesa são os seguintes: Língua Portuguesa, Linguística, História da Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Cultura Lusófona, Literatura Brasileira, Psicolinguística, Literatura Africana e Literatura Guineense.

Em vista disso, há várias disciplinas classificadas de essenciais, a volta das quais se desenvolve todo o curso. São elas: a Língua Portuguesa, a Literatura, a Linguística e a Didática do Português como a Segunda Língua. Esses parâmetros são suporte da estrutura do curso.

[...] na ENSTT funcionam os cursos do bacharelato e da licenciatura em LP, com duração de três e quatro anos precedidos de um ano propedêutico respectivamente; o primeiro qualificaria para o ciclo geral do ensino secundário (7^a. 8^a e 9^a classe) e o segundo para o ciclo complementar (10^a, 11^a e 12^a classe), sendo certo que os diplomados do bacharelato quando colocados num liceu, também ensinam no ciclo complementar. A gestão científica e pedagógica da Licenciatura é feita conjuntamente pelo Instituto Camões (IC) e pela ENSTT, através sobretudo do Departamento de Língua Portuguesa. Por outro lado, através do IC, está em curso um programa de apoio à formação contínua de professores do ensino básico e secundário em exercícios que se desenvolve de modo descentralizado em todas as regiões do país, o que constitui um modelo de atuação da ENSTT no domínio da formação contínua de professores em serviço. (BALDÉ, 2008, p.40).

É notório que no ENSTT (Escola Normal Superior Tchico Té), há duas modalidades de formação, quais sejam: bacharelado e licenciatura. Aqueles que adquirem o grau de bacharel são limitados a lecionar até um determinado nível de ensino ou leciona até 9^a classe. Já os que optam pela licenciatura, juntamente com Instituto Camões, podem lecionar a partir de 9^a classe até a 12^a classe ou pré-universitário.

Uma vez que o tema da formação do docente de língua portuguesa na Guiné-Bissau é pouco tematizado na literatura da área, ampliamos os conhecimentos sobre a questão a partir do dizer dos próprios professores da língua portuguesa. Apresentamos, na sequência, as respostas dadas pelos docentes à última pergunta de número 3 do nosso questionário de pesquisa: 3) **Você poderia nos falar a respeito de sua formação como professor de Português?**

Docente 1:

Falando da minha formação, diria que foi uma formação muito precária, começando pela didática dos meus professores e os conteúdos abordados dentro de sala de aula e as greves cíclicas que também não amparam na boa qualidade de formação, pois termina o ano sem se ver o conteúdo programado completo.

Docente 2:

Tirei duas formações na área de docência. A primeira foi Bacharelato e a segunda a Licenciatura. A primeira formação não correu como desejado. Foi na então Escola Normal Superior "Tchico Té", atual Escola Superior da Educação - ESE, Unidade "Tchico Te". O curso era bilíngue: Português e Inglês. O imprevisto era a falta dos professores, sobretudo para as cadeiras da língua portuguesa, pois a língua inglesa era apoiada por voluntários de VSO, salvo erro uma ONG holandesa. No ano propedêutico e no primeiro ano tínhamos professores, faltava apenas os da fonética e fonologia. No segundo e no terceiro, não tivemos nenhum professor da língua portuguesa, apenas do Inglês. Então, nos formamos, mesmo assim, com essas lacunas. Eis a razão de voltar para tirar a licenciatura em Língua Portuguesa, curso implementado pelo Instituto Camões, isto após leccionar a língua portuguesa vários anos. A segunda formação foi para além do esperado, pois temos professores de sobra e uma biblioteca.

Docente 3:

Foi muito interessante, pois na altura, embora de uma forma mais técnica, com bastante leitura e memorização, havia professores na altura dos fatos.

Docente 4:

O docente 4 não se posicionou quanto ao tema "formação de professor".

Docente 5:

Tchico Té é um dos precários centros de formação de professores existentes no país que se debate com enormes dificuldades técnicas, pedagógicas e financeira, desprovida de biblioteca, espaço cibernético e de professores altamente qualificados... A minha formação foi muito difícil, apesar da significativa ajuda que o Instituto tem dado à escola e aos alunos. Tive que arregaçar as mangas, puxar dos galões, pois a tarefa era hercúlea e o caminho pelo qual eu tinha que trilhar era espinhoso.

3. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Para Nicolaidis *et al.* (2013), a política linguística, em seu sentido global, pode ser descrita como a arte de dirigir a governança ou condução de questões sociais de uma nação. A política linguística é a arte de guiar os raciocínios em redor de línguas específicas, com o objetivo de dirigir atitudes concretas de benefícios públicos referentes à língua que entende para a sociedade de um estado ou até a instâncias transnacionais maiores.

Oliveira (2016), defende que o termo 'política linguística' pode ser entendido a partir de duas perspectivas, ou seja, no plural e no singular:

[...] da perspectiva das políticas linguísticas propriamente ditas, como políticas públicas, por um lado, e da área acadêmica chamada de "Política Linguística" por outro, que, para a CAPES, é uma área da linguística, dentro da sub-área de sociolinguística ou de linguística aplicada, com uma história de uns 60 anos no meio universitário ocidental, e recém na adolescência no Brasil. (OLIVEIRA, 2016, pp. 283-284).

Nesse sentido, devemos levar em conta os dois horizontes sugeridos pelo autor. O primeiro, o das "políticas linguísticas", que tem a ver com os assuntos de Estado (políticas públicas), em que o Estado tem o papel de estabelecer as leis e regras dentro do seio de uma sociedade; e a "política linguística, aquela discutida no campo acadêmico. Neste último caso, conforme destaca o autor, já não são os políticos responsáveis pela governança do país que articulam ações no sentido das línguas, mas os profissionais do campo da linguística, por exemplo.

Ainda de acordo com Oliveira (2016), as políticas linguísticas são, por um lado, das políticas públicas das nações, das entidades mundiais, das coletividades e organizações, e, nessa sequência, são um fazer permanente do indivíduo, a todo momento integradas à sua época, aos benefícios geopolíticos, econômicos e culturais em jogo numa definida etapa consagrada.

Para ilustrar a temática das políticas linguísticas, o autor acima citado apresenta-nos alguns exemplos:

[...] nos diversos países, problemas e interesses políticos fundantes, que fazem com que o Estado e suas instituições, mas também o Mercado ou a sociedade civil, se concentrem em ações diversas no âmbito das políticas linguísticas. Para uns, como a Índia, foi preciso reconhecer uma multiplicidade de línguas para garantir a governança e a adesão ao Estado e diminuir os conflitos. Para outros, como o Brasil, a continuidade da dominação ideológica, econômica e militar do segmento lusobrasileiro sobre outros segmentos constitutivos da cidadania, garantiu a força para levar adiante a imposição do português como língua única, ainda que lentamente se tenha permitido algum avanço, bastante tímido ainda, de iniciativas para o plurilinguíssimo [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 287).

Percebe-se que a política que se faz aqui não é a política linguística acadêmica, mas sim uma política de estado ou nação, como na Índia, onde se esforçaram para reconhecer as línguas que têm, a fim de unir o estado e minimizar os conflitos. No caso do Brasil, em que outras línguas figuraram/figuram, decidiu-se pelo português como língua única e oficial, em detrimento das várias outras línguas.

Conforme indica o título desta seção, interessa-nos refletir acerca das políticas linguísticas para a língua portuguesa na Guiné-Bissau. Assim, na sequência, buscamos delinear esse quadro.

A Guiné-Bissau, como a maioria dos países africanos, é, reconhecidamente, um espaço multilingue, no qual se identificam cerca de 20 línguas étnicas, tendo o crioulo como língua nacional e o idioma português como oficial.

De acordo com Candé (2008), apesar de a Guiné-Bissau ser um país com várias línguas étnicas, é o crioulo que serve como idioma de unidade nacional, uma língua por meio da qual todo guineense pode perceber o outro, independentemente da etnia das pessoas. A língua portuguesa, por sua vez, funciona como língua oficial, uma língua utilizada na comunicação com países estrangeiros e na elaboração de documentos formais.

Candé (2008) assevera que, pelo fato de ser a língua oficial, a língua portuguesa é, da mesma forma, a língua de ensino, apesar de serem conhecidas experimentações de ensinamentos em crioulo e algumas línguas nacionais, especialmente balatas, fula e mandinga. No entanto, até agora estas não foram destacadas como línguas de ensinamento na Guiné-Bissau.

Apesar da inegável complexidade desse cenário, não identificamos, na literatura, políticas linguísticas específicas, de autoria guineense, que se proponham a dar conta das demandas reais originadas nesse contexto. Ao contrário disso, o que conseguimos apurar com a nossa pesquisa, é que se destacam, justamente, as lacunas existentes nesse campo, conforme se evidencia no depoimento a seguir, concedido por um professor de língua portuguesa na Guiné-Bissau.

Na minha opinião, há mais dificuldades que facilidades. A primeira dificuldade é que o português não é a língua materna da maioria dos guineenses, razão pela qual o seu ensino como L1 tem causado enormes dificuldades aos professores, que numa sala de aula possuem falantes com diversas línguas maternas. (DOCENTE 2, 2017).

O docente argumenta que a maneira de ensinar a língua portuguesa não é a ideal, pois se ensina como língua materna, quando, na realidade, as salas de aula são sempre diversificadas de alunos de etnias diferentes, para os quais as línguas étnicas funcionam como maternas.

Diante desse cenário, entendemos que é necessário que o Estado assuma a responsabilidade de organizar e executar planos para formar os professores e, nesse sentido, desenvolva políticas linguísticas que favoreçam o fortalecimento do idioma português no contexto da Guiné-Bissau, tomando-o como língua segunda, e não como língua materna, uma vez que a realidade da língua portuguesa não é essa naquele país.

4. CONCLUSÃO

Neste breve estudo, procuramos colocar em evidência o tema das políticas linguísticas para o idioma português na Guiné-Bissau, cenário destacado pelo multilinguismo de sua população.

Nessa linha, com base nos autores pesquisados e nos depoimentos de professores guineenses, construímos um quadro descritivo da situação da língua portuguesa no país em evidência, assim como trouxemos à tona peculiaridades do cenário de ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto investigado.

Concernentemente à situação do idioma português, nossos achados de investigação nos autorizam afirmar que ele, embora seja língua oficial na Guiné-Bissau, é falado, somente, por uma parcela mínima da população e convive com cerca de 20 línguas étnicas, além do crioulo, com o qual tem que disputar espaço.

No tocante aos professores, a pesquisa permitiu-nos entender as condições que os docentes encontram na formação da língua portuguesa e o modo como ensinam-no para os alunos; é um tipo de ensino mais voltado à gramática, que faz com que os estudantes reproduzam em vez de produzir e, como já dito anteriormente, uma língua não se constitui apenas de gramática, mas também do léxico, e juntas gramática e léxico produzem o falar de uma nação. Também foi possível concluir que, apesar de haver um plano oficial direcionado à formação de professores, ele apresenta fragilidades, principalmente no que se refere aos conhecimentos necessários para lidar com o ensino de línguas em contexto multilingue. Sabe-se ainda que em Portugal há um esforço conjunto de entidades educacionais prontas a colaborar com o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau; Portugal contribui enviando livros e materiais didáticos à Guiné, destacando-se entre eles, a gramática e clássicos da literatura portuguesa, mas não é tudo, há que se fazer mais para um melhor aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau, para que a chamada 'língua oficial' ganhe força.

A respeito das políticas linguísticas para o idioma português, constatamos que elas são praticamente inexistentes, e não se destacam nem mesmo nos documentos estatais. Isso fortalece o nosso sentimento de que, para que a língua portuguesa se consolide na Guiné-Bissau, é necessário repensar o seu real *status* e posicionamento no país. Ao lado disso, é fundamental investir na formação de professores de língua português, verdadeiros difusores do idioma.

Defendemos a importância do trabalho que realizamos, uma vez que, além de nos haver permitido desenvolver as nossas capacidades de investigar e falar de um assunto pouco discutido, poderá contribuir para a vida acadêmica de muitos alunos num futuro próximo

Por fim, esperamos que este trabalho motive a realização de outros, a fim de que a questão aqui estudada seja mais amplamente discutida pelas autoridades e entidades competentes e compatíveis.

5. REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irlandé. **Território das palavras.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eT71CiFFWBY>.

BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na escola normal superior “Tchico Té”.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CANDÉ, Fátima. **A língua portuguesa na formação de professores do ensino básico da região de Bafatá, na Guiné-Bissau.** 2008.130 f. Dissertação (Mestrado Ensino de Português Como Língua Segunda/ Língua Estrangeira) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Estudos Portugueses, Universidade nova de Lisboa.

CASTRO, Pollyanna Pereira de. **As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau.** 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura. Língua e cultura na Guiné-Bissau um país da CPLP.** – PAPIA, São Paulo, nº 20, 2010.

INTUMBO, Incanha. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português.** 2007.139 f. Dissertação (Mestrado na área científica de Linguística Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

MELLO, Maria Aparecida Curupaná da Rocha de. **A questão da produtividade morfológica no guineense.** 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília.

NICOLAIDES, Christine et al. **Política e Políticas Linguísticas.** – *Copyright.* 2013
OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política Linguística E Internacionalização: A Língua Portuguesa No Mundo Globalizado Do Século Xxi.** Trab. Ling. Aplic. -Campinas, n (52.2): 409-433, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas Linguísticas: Uma Entrevista.** *Revel*, v. 14, n. 26, 2016.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilíngue português-crioulo guineense.** 2013.371 f. Tese (Tese de Doutoramento em Linguística) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade nova de Lisboa.